

1                                   **ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE**  
2                                   **RECURSOS HÍDRICOS – CERH/PR**  
3

4 Posse dos Conselheiros; Aprovação da ata da 20ª Reunião Ordinária; Leitura do  
5 Expediente; Discussão e deliberação da prestação de contas da aplicação dos  
6 recursos do FRHI/PR referente ao ano de 2012; Apresentação do Programa de  
7 Saneamento Rural e do Programa de Combate à erosão urbana pelo  
8 AGUASPARANÁ; Discussão e deliberação sobre a minuta de Resolução que altera a  
9 Resolução nº 79 CERH/PR; Discussão e deliberação sobre a proposta de composição  
10 do Comitê das Bacias do Rio Piquiri e Paraná 2; Discussão e deliberação sobre a  
11 proposta de composição do Comitê dos Afluentes do Baixo Iguaçu; Discussão e  
12 deliberação sobre a proposta de composição do Comitê da Bacia do Alto Ivaí;  
13 Discussão e deliberação sobre minuta de Decreto que altera o art. 7º alínea "a" e o art.  
14 13, inc. I, do Decreto nº 9.130 de 27 de dezembro de 2010; Discussão e deliberação  
15 sobre a minuta de Decreto que dispõe sobre o regime de outorga de direitos de uso de  
16 recursos hídricos e adota outras providências; Apresentação do Pacto Nacional pela  
17 Gestão das Águas pelo Sr. Paulo Augusto Libanio, da Agência Nacional de Águas;  
18 Assuntos Gerais; e Encerramento.  
19

20 **Aos 28 dias de maio de 2013, às 08:30 horas**, na Sala do Conselho do Centro  
21 Integrado dos Empresários e Trabalhadores das Indústrias do Paraná – CIETEP,  
22 realizou-se a 21ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos –  
23 CERH/PR, contando com a presença do Presidente do Conselho, LUIZ EDUARDO  
24 CHEIDA, da Secretária Executiva do CERH/PR, MARIANNA SOPHIE ROORDA, dos  
25 Conselheiros Titulares, NESTOR BRAGAGNOLO, da Secretaria de Estado do  
26 Planejamento e Coordenação Geral - SEPL, PAULO JOSÉ DA SILVA, da Secretaria  
27 de Estado da Fazenda – SEFA, MÁRIO LESSA SOBRINHO, da Secretaria de Estado  
28 da Indústria, Comércio e Assuntos do Mercosul – SEIM, ANTONIO RICARDO  
29 LORENZON, da Secretaria de Estado da Agricultura – SEAB, IVANA LUCIA  
30 BELMONTE, da Secretaria de Estado da Saúde - SESA, EDUARDO ALVIM LEITE, da  
31 Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia – SETI, MÁRCIO FERNANDO NUNES,  
32 do Instituto das Águas do Paraná - AGUASPARANÁ, ANA CLAUDIA BENTO GRAF,  
33 da Procuradoria Geral do Estado - PGE, KÁTIA NORMA SIEDLECKI, da Minerais do  
34 Paraná S.A. – MINEROPAR, LINDSLEY DA SILVA RASCA RODRIGUES, da  
35 Assembléia Legislativa do Paraná - ALEP, CELSO BENEDITO DA SILVA - da  
36 Prefeitura Municipal de Bandeirantes, ERNESTO ALEXANDRO BASSO, da Prefeitura  
37 Municipal de Nova América da Colina, GUADALUPE GARCIA, da Pontifícia  
38 Universidade Católica - PUCPR, JEFFERSON CRISPIM, da Universidade Estadual do  
39 Paraná - UNESPAR, PEDRO LUIS PRADO FRANCO, da Associação Brasileira de  
40 Engenharia Sanitária e Ambiental - ABES, GIÁCOMO CLAUSI, do Grupo Ambientalista  
41 do Rio Iguaçu - GARI, PAULO CÉSAR MEDEIROS, do Centro de Estudos, Defesa e  
42 Educação Ambiental - CEDEA, LUIZ CARLOS SETIM, da Prefeitura Municipal de São  
43 José dos Pinhais, JAIME DE OLIVEIRA KUHN, da Companhia Paranaense de Energia  
44 - COPEL, SILVIO ALEXSANDRO KRINSKI, da Organização das Cooperativas do  
45 Paraná - OCEPAR, ARNALDO GIOVANI RECH, do Comitê das Bacias do Baixo Ivaí /  
46 Paraná 1, INGRID ILLICH MÜLLER, do Comitê das Bacias do Alto Iguaçu e Afluentes  
47 do Alto Ribeira - COALIAR, e dos Conselheiros Suplentes, ADRIANA CORDEIRO, da  
48 Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Assuntos do Mercosul – SEIM,  
49 ADRIANE NUNES FERREIRA, da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano -  
50 SEDU, ROSANA SCARAMELLA, da Secretaria de Infraestrutura e Logística - SEIL,

51 JOÃO GUILHERME GATTI, da Secretaria de Estado do Turismo - SETU, SOLANGE  
52 REIGUEL da Secretaria de Estado da Educação – SEED, AGENOR DE PAULA  
53 FILHO, da Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, ENEAS SOUZA  
54 MACHADO, do Instituto das Águas do Paraná - AGUASPARANÁ, IVONETE COELHO  
55 DA SILVA CHAVES, do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, LUIZ MARCOS FEITOSA  
56 DOS SANTOS, do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural -  
57 EMATER, GIL FERNANDO POLIDORO, da Coordenação da Região Metropolitana de  
58 Curitiba - COMEC, KARINE INOCÊNCIA GASSNER, da Prefeitura Municipal de  
59 Pinhalão, SILVIO CESAR SAMPAIO, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná -  
60 UNIOESTE, ADRIANO WILD, da MATER NATURA, ADILSON LUIZ DE PAULA  
61 SOUZA, da Federação das Indústrias do Paraná – FIEP, GALDINO ANDRADE FILHO,  
62 do Comitê da Bacia do Rio Tibagi, e dos convidados, JÚLIO GOSS, ALBERTO  
63 PICCININI, BEIJAMIM RUIZ BALSALOBRE, RENATO ANTONIO DALLA COSTA,  
64 JORGE LUIZ CAROLLO TEIXEIRA, FÁBIO DE SOUZA PINTO, EMERSON PINTO,  
65 FABIO GALASSINI, MARILDA KELLER ZARPELON, RICARDO JOHANSEN,  
66 EVERTON LUIZ DA COSTA SOUZA, RODRIGO OTÁVIO MACAGNANI, ROBERT  
67 GORDON HICKSON, EMILLE MEDEIROS MASELLA, DINA CARDOSO e LEONILDO  
68 MACHADO, do Instituto das Águas do Paraná - AGUASPARANÁ, EDSON SILVA DE  
69 LIMA, da SANEPAR, ENIO NETH DE GOSS e MAURI CESAR BARBOSA PEREIRA  
70 da SEMA, MONICA IRION ALMEIDA, da COPEL, CLAUDIA REGINA BOSCARDIN e  
71 MARLISE JORGE, da Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Curitiba - SMMA,  
72 DIRO JOSÉ MOLINARI, da GERAR, CELSO ROMERO KLOSS, da Rede Paranaense  
73 de Metrologia e MÁRIO BASTOS DA SILVA, da Prefeitura Municipal de Piraquara. Ao  
74 iniciar a reunião, a Secretária Executiva do CERH/PR, MARIANNA SOPHIE ROORDA,  
75 disse haver quorum, contando ao longo da reunião, com a presença de 30  
76 Conselheiros titulares ou suplentes representando os titulares. O Presidente do  
77 Conselho, LUIZ EDUARDO CHEIDA, saudou os Conselheiros e agradeceu a presença  
78 de todos, e a seguir solicitou que a Secretária Executiva fizesse a leitura da pauta do  
79 dia, que foi aprovada por unanimidade. Na seqüência, o Presidente do CERH/PR  
80 passou ao **item 1 de pauta – posse de novos Conselheiros**, e solicitou que a  
81 Secretária Executiva MARIANNA SOPHIE ROORDA fizesse a leitura do Decreto nº  
82 8.129, de 08 de maio de 2013, que nomeia os Conselheiros para o sexto mandato do  
83 Conselho, e que à nomeação dos Conselheiros, os mesmos estariam devidamente  
84 empossados. A seguir, passou ao **item 2 de pauta – aprovação da ata da 20ª**  
85 **Reunião Ordinária**, sendo que a mesma, após complementações solicitadas pela  
86 COPEL, foi aprovada por unanimidade. A Secretária Executiva, passando ao **item 3**  
87 **de pauta – leitura do expediente**, mencionou os ofícios emitidos e recebidos pela  
88 presidência e secretaria executiva do Conselho. A seguir, o Presidente LUIZ  
89 EDUARDO CHEIDA passou ao **item 4 de pauta - discussão e deliberação da**  
90 **prestação de contas da aplicação dos recursos do FRHI/PR referente ao ano de**  
91 **2012**. A Secretária Executiva, MARIANNA SOPHIE ROORDA, apresentou os valores  
92 repassados ao Estado do Paraná pela compensação financeira pela exploração dos  
93 recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, bem como os valores  
94 utilizados para as diversas finalidades anteriormente aprovadas pela Plenária do  
95 Conselho (**vide anexo 1**). O Conselheiro ANTONIO RICARDO LORENZON, da SEAB,  
96 comentou que o Decreto que regulamenta o Fundo Estadual de Recursos Hídricos -  
97 FRHI/PR, menciona em seu artigo 8º, inciso IX, que cabe ao órgão gestor de recursos  
98 hídricos elaborar relatório com apoio do agente financeiro. A Diretora Administrativa  
99 Financeira do AGUASPARANÁ, MARILDA KELLER ZARPELON, esclareceu que os  
100 recursos que serão aportados à conta existente do Instituto das Águas do Paraná na

101 CAIXA serão os oriundos da cobrança pelo direito de uso dos recursos hídricos, ainda  
102 não implementada no âmbito do Estado do Paraná. Esclareceu também, que os  
103 recursos provenientes da compensação financeira são depositados na conta 105 do  
104 Estado, e repassados ao AGUASPARANÁ através de programação orçamentária. O  
105 Conselheiro ANTONIO RICARDO LORENZON questionou esse procedimento, visto  
106 que o Decreto que regulamenta o FRHI/PR menciona que um dos itens que  
107 constituem o Fundo são os recursos da compensação financeira, e que, portanto,  
108 deveriam ser aportados a esse Fundo. O Conselheiro PAULO JOSÉ DA SILVA, da  
109 SEFA, esclareceu que os recursos da fonte 105 entram no orçamento, e que esse  
110 valor tem uma dotação orçamentária. A Sra. MARILDA KELLER ZARPELON fez a  
111 leitura de Informação da SEFA que esclarece o funcionamento dos recursos da fonte  
112 105. O Presidente do CERH/PR, LUIZ EDUARDO CHEIDA, solicitou que esta matéria  
113 fosse analisada pela área jurídica do AGUASPARANÁ, e encaminhada para a PGE,  
114 para emissão de parecer a esse respeito. O Conselheiro PAULO JOSÉ DA SILVA  
115 ainda esclareceu que os recursos financeiros estornados em determinado ano, voltam  
116 no exercício seguinte como despesa de exercícios anteriores, havendo dotação  
117 orçamentária garantida. O Conselheiro EDUARDO ALVIM LEITE, da SETI, falou da  
118 importância de se verificar a legalidade desse processo em termos de legislação  
119 vigente e a garantia dos valores à disposição das ações que o Conselho aprovou. O  
120 Conselheiro MARCIO FERNANDO NUNES, do AGUASPARANÁ, sugeriu que fosse  
121 submetido à aprovação a prestação de contas, e que na sequência fosse feita uma  
122 análise de aspectos legais. Na sequência, a prestação de contas foi aprovada por  
123 unanimidade. O Presidente do CERH/PR, LUIZ EDUARDO CHEIDA, passou ao **item 5**  
124 **de pauta - apresentação do Programa de Saneamento Rural e do Programa de**  
125 **Combate à Erosão Urbana pelo AGUASPARANÁ** e convidou o Sr. MÁRCIO  
126 FERNANDO NUNES para fazer a apresentação. Antes do pronunciamento do Sr.  
127 Márcio Nunes, a Secretária Executiva do CERH/PR, MARIANNA SOPHIE ROORDA,  
128 apresentou uma tabela com as atividades e valores anteriormente aprovados pela  
129 Plenária do Conselho quanto ao plano de aplicação dos recursos de compensações  
130 financeiras do FRHI/PR, para o biênio de 2013 e 2014. A seguir, apresentou as  
131 alterações que estavam sendo propostas, retirando a elaboração do Plano de Bacia  
132 Hidrográfica do Médio Iguçu e do Cadastro de Usuário da Bacia do Rio Tibagi para o  
133 referido biênio, transferindo estas aplicações para o biênio 2015/2016, e destinando  
134 recursos financeiros para o custeio dos Programas de Saneamento Rural e o de  
135 Combate à Erosão Urbana, programas estes previstos no Plano Estadual de Recursos  
136 Hídricos, e também a destinação de recursos para o estudo de enquadramento dos  
137 cursos d'água da Bacia do Paraná 3 (**vide anexo 1**). A seguir, o Sr. MÁRCIO  
138 FERNANDO NUNES disse da intenção de até o final de 2014 ter-se todos os Comitês  
139 de Bacia Hidrográfica instalados no nosso Estado. Comentou dois Programas em  
140 execução no AGUASPARANÁ (**vide anexo 2**). O primeiro, Programa de Combate à  
141 Erosão Urbana, visando atender 260 municípios com mil metros de galeria de águas  
142 pluviais para cada município, com tubos de concreto fabricados nas três fábricas de  
143 tubo do AGUASPARANÁ. Devido à falta de funcionários nestas Unidades, e pelo fato  
144 do Estado estar dentro do limite prudencial de gastos com o funcionalismo público, o  
145 AGUASPARANÁ fez uma parceria com a Secretaria de Estado da Justiça, que  
146 disponibilizou 105 apenados, em regime semi aberto, para trabalharem nestas  
147 fábricas. Explicou que as obras previstas neste Programa são parcerias entre o Estado  
148 e Municípios, sendo que o Estado entra com as tubulações e os Municípios com o  
149 projeto e execução das obras. Outro Programa é o de implementar sistemas de  
150 abastecimento rural, Programa este denominado de "Patrulha da Água" sendo que

151 atualmente existem 2 mil comunidades cadastradas no Paraná que não têm água  
152 tratada para beber. Através de repasse de 78 milhões de reais do Banco Mundial,  
153 serão viabilizados o atendimento de 634 comunidades e, em parceria com a  
154 SANEPAR, num valor de 20 milhões de reais, mais 53 comunidades. Também estão  
155 sendo repassados ao AGUASPARANÁ, pelo Governo Federal, três equipamentos de  
156 perfuração, que vão possibilitar a instalação de 400 sistemas de abastecimento até o  
157 final de 2014, numa parceria entre os Municípios e Estado, atendendo, desta forma,  
158 mais de mil comunidades. Justificou que foi solicitado alteração no plano de aplicação  
159 dos recursos financeiros do FRHI/PR para o biênio de 2013 e 2014, para o pagamento  
160 do custeio destes dois programas apresentados. A Conselheira KARINE INOCÊNCIA  
161 GASSNER, da Prefeitura Municipal de Pinhalão, perguntou de que forma os  
162 Municípios poderiam se habilitar ao Programa "Patrulha da Água" e se a outorga já  
163 seria providenciada pelo AGUASPARANÁ. O Sr. MÁRCIO NUNES esclareceu que o  
164 critério era a ordem de chegada e que além da perfuração do poço, da outorga já  
165 expedida pelo AGUASPARANÁ, existe ainda um Convênio com a COPEL para fazer a  
166 ligação de luz nestes sistemas instalados. O Conselheiro CELSO SILVA, Prefeito de  
167 Bandeirantes, disse que achava subjetivo o critério de ordem de chegada e  
168 demonstrou preocupação pelo fato do município não ser atendido pela SANEPAR.  
169 Também sugeriu como critério de priorização, os Municípios que tenham seus Planos  
170 de Recursos Hídricos. O Sr. MÁRCIO FERNANDO NUNES esclareceu que os critérios  
171 são primeiramente os estabelecidos pelo Banco Mundial, e na seqüência, a ordem de  
172 chegada, e que o fato do Município contar com um Sistema de Abastecimento  
173 Autônomo não prejudica o município. O Conselheiro PAULO CESAR MEDEIROS, do  
174 CEDEA, sugeriu que também fosse contemplado o critério "Índice de Desenvolvimento  
175 Humano - IDH". O Conselheiro MÁRCIO FERNANDO NUNES, do AGUASPARANÁ,  
176 comentou que exatamente a área de menor IDH, é a região do Estado que tem a  
177 maior escassez de recursos hídricos. O Conselheiro RASCA RODRIGUES, da ALEP,  
178 parabenizou o Instituto das Águas do Paraná pelo Programa de Abastecimento Rural  
179 que vem sendo realizado, e comentou ser uma feliz coincidência que o Programa está  
180 sendo priorizado nas áreas de baixo IDH, sendo a falta de água nestas regiões o  
181 grande motivo para esse baixo índice. O Conselheiro PEDRO LUIS PRADO  
182 FRANCO, da ABES, com relação às alterações no plano de aplicação dos recursos do  
183 FRHI/PR, comentou a importância de se realizar o cadastro dos usuários da Bacia do  
184 Rio Tibagi, e pediu que constasse em ata, que recursos para essa finalidade seriam  
185 garantidos para o próximo biênio. Encerrando sua fala, o Conselheiro MARCIO  
186 FERNANDO NUNES, do AGUASPARANÁ, sugeriu que, além dos critérios do Banco  
187 Mundial, baixo IDH, Planos Municipais de Recursos Hídricos, ordem de chegada, que  
188 se buscasse uma participação efetiva dos Comitês de Bacia Hidrográfica no  
189 estabelecimento de critérios de priorização dos sistemas. O Presidente do CERH/PR,  
190 LUIZ EDUARDO CHEIDA, agradeceu a apresentação, e sugeriu que o Instituto das  
191 Águas do Paraná leve em consideração as contribuições feitas pela Plenária,  
192 consolidando estes programas dentro de critérios técnicos propostos. A seguir, passou  
193 ao **item 6 de pauta - discussão e deliberação sobre a minuta de Resolução que**  
194 **altera a Resolução nº 79 CERH/PR**, e solicitou que a Secretária Executiva  
195 MARIANNA SOPHIE ROORDA fizesse a leitura da minuta de Resolução (**vide anexo**  
196 **1**), sendo que a mesma foi aprovada por unanimidade, com contribuições de forma  
197 apresentadas pela COPEL. A seguir, o Presidente do CERH/PR, LUIZ EDUARDO  
198 CHEIDA passou aos **itens 7, 8 e 9 de pauta - discussão e deliberação sobre a**  
199 **proposta de composição do Comitê das Bacias do Rio Piquiri e Paraná 2, do**  
200 **Comitê dos Afluentes do Baixo Iguaçu e do Comitê da Bacia do Alto Ivaí. A**

201 Secretária Executiva, MARIANNA SOPHIE ROORDA, disse que as três propostas de  
202 composição de Comitês de Bacia atendiam aos critérios estabelecidos no Decreto  
203 Estadual nº 9.130, de 27 de dezembro de 2010, que regulamenta o processo de  
204 instituição de Comitês de Bacia Hidrográfica. Apresentou as propostas de composição  
205 apresentadas pelas Mesas Diretoras Provisórias, e características gerais de cada uma  
206 das Unidades Hidrográficas de Gerenciamento de Recursos Hídricos definidas como  
207 área de atuação destes Comitês de Bacia. Fez a leitura das três minutas de Resolução  
208 aprovando a composição dos referidos Comitês, sendo que ao final da leitura de cada  
209 minuta, as mesmas foram aprovadas por unanimidade. A seguir, passou-se ao **item 10**  
210 **de pauta - discussão e deliberação sobre minuta de Decreto que altera o art. 7º**  
211 **alínea "a" e o art. 13, inc. I, do Decreto nº 9.130 de 27 de dezembro de 2010.** A  
212 Secretária Executiva MARIANNA SOPHIE ROORDA esclareceu os motivos das  
213 alterações propostas, referentes ao prazo e período de mandato dos membros dos  
214 Comitês de Bacia instalados no Estado do Paraná, conforme Nota Técnica  
215 encaminhada aos Conselheiros. Foi proposto um mandato de 4(quatro) anos ao invés  
216 de 2(dois) atualmente vigente, e também que o mandato de todos os Comitês já  
217 empossados e dos que vierem a tomar posse, se estenda até o dia 01 de março de  
218 2017, de forma a ter um mandato coincidente com o mandato dos Prefeitos  
219 Municipais, cuja participação é fundamental nos Comitês de Bacia. Esta proposta  
220 também vem a proporcionar uma unificação de período de mandato de todos os  
221 Comitês de Bacia do nosso Estado, permitindo um melhor controle dos mandatos  
222 destes Comitês, e proporciona uma melhor oportunidade de divulgação do processo  
223 de renovação de mandatos de todos os Comitês a nível estadual. Outro fator muito  
224 importante, é que com a criação do Comitê Interestadual da Bacia Hidrográfica do Rio  
225 Paranapanema, englobando 3 Comitês de Bacia do lado do Paraná e 3 Comitês do  
226 lado paulista, que recentemente iniciou o seu mandato fixado em 4 anos, terá mandato  
227 coincidente com os nossos Comitês, o que foi uma das demandas desse Comitê  
228 Interestadual. Na seqüência, foi feita a leitura da minuta de Decreto, que foi aprovada  
229 por unanimidade. A seguir, a Secretária Executiva comentou que o mesmo  
230 procedimento seria feito para o mandato do Conselho Estadual de Recursos Hídricos,  
231 fixando o prazo de mandato para 4 anos, no entanto, coincidente com o mandato do  
232 Governo do Estado, o que foi acordado por todos. A seguir, o Presidente do  
233 CERH/PR, LUIZ EDUARDO CHEIDA, passou ao **item 11 de pauta - discussão e**  
234 **deliberação sobre a minuta de Decreto que dispõe sobre o regime de outorga de**  
235 **direitos de uso de recursos hídricos,** que trata de revisão e revogação do Decreto  
236 nº 4.646, de 31 de agosto de 2001, e convidou o Sr. JÚLIO GOSS, da Assessoria  
237 Jurídica do AGUASPARANÁ, para explicar as alterações propostas. O mesmo disse  
238 que foram feitas adequações, tendo em vista revisão feita na Lei nº 12.726/99, que  
239 institui a Política de Recursos Hídricos do nosso Estado, e Resoluções da SEMA  
240 referentes à articulação dos procedimentos de outorga com o licenciamento ambiental  
241 e comentou demais alterações constantes no anexo 1 desta ata. A Conselheira KÁTIA  
242 SIEDLECKI, da MINEROPAR, indagou se nesta minuta foi prevista a expansão do  
243 número de parâmetros de qualidade da água a serem solicitados no processo de  
244 outorga, sendo esclarecido que os parâmetros obrigatórios serão definidos no Manual  
245 de Outorga a ser elaborado. A Conselheira comentou que a MINEROPAR elabora  
246 estudos técnicos para o Instituto Ambiental do Paraná referente a passivos ambientais,  
247 e comentou que foram diagnosticados inúmeros poços tubulares com água  
248 contaminada com outorga concedida pelo AGUASPARANÁ. A Conselheira IVANA  
249 BELMONTE, da SESA, sugeriu que os órgãos de Estado fizessem um trabalho  
250 conjunto para evitar conflitos de que a SESA tenha que vetar a utilização de água para

251 consumo humano de poços outorgados pelo AGUASPARANÁ. A Conselheira  
252 IVONETE CHAVES, do IAP, questionou se a Resolução SEMA nº 03/2004, que trata  
253 da integração do licenciamento e outorga, continuaria válida após a aprovação desta  
254 minuta de Decreto. O Sr. JULIO GOSS, do AGUASPARANÁ, esclareceu que esta  
255 minuta só vem a reforçar a referida Resolução, visto que o Decreto vigente não faz  
256 menção ao trâmite de outorga e licenciamento, e portanto busca aumentar esta  
257 articulação e fortalecer o instrumento legal de outorga. A seguir, o Presidente do  
258 CERH/PR, LUIZ EDUARDO CHEIDA, propôs a instalação de Câmara Técnica para  
259 definição dos parâmetros a serem avaliados quando do processo de outorga, contando  
260 com a participação do AGUASPARANÁ, da MINEROPAR, da SESA, do IAP, e demais  
261 Instituições que demonstrarem interesse na participação desta Câmara Técnica, a ser  
262 aprovada na reunião seguinte. A seguir, passou ao **item 12 de pauta - apresentação**  
263 **do Pacto Nacional pela Gestão das Águas**, e convidou o Sr. PAULO AUGUSTO  
264 LIBANIO, da Agência Nacional de Águas, para fazer a apresentação (**vide anexo 3**).  
265 Comentou sobre a dupla dominialidade das águas, sendo a maioria dos rios e as  
266 águas subterrâneas de dominialidade dos Estados, e disse que para se construir um  
267 Sistema Nacional de Recursos Hídricos robusto, seria necessário um forte  
268 envolvimento dos Sistemas Estaduais de Recursos Hídricos e um fortalecimentos dos  
269 mesmos pela União, sempre com uma visão integradora. Disse que o primeiro objetivo  
270 do pacto é o de fortalecer os sistemas estaduais. Apresentou um Mapa de Gestão com  
271 definição de Metas para Desenvolvimento Institucional, dividido em quatro classes, de  
272 acordo com o estágio de implementação dos Sistemas Estaduais de Recursos  
273 Hídricos dos diversos Estados da Federação. O Pacto, inicialmente representa uma  
274 vontade política de trabalhar junto com a União e Estados vizinhos, de forma  
275 integrada, consolidada por Decreto Governamental. Disse que, o segundo objetivo era  
276 de caráter mais técnico, em que seriam feitas visitas da Agência Nacional de Águas  
277 aos órgãos gestores de recursos hídricos dos Estados, para poder identificar a  
278 realidade de cada Estado, bem como, os grandes desafios de gestão a serem  
279 alcançados, estabelecendo um conjunto de metas para os próximos cinco anos, a  
280 serem aprovados pelos respectivos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos.  
281 Esclareceu que os Estados que aderirem ao Pacto Nacional pela Gestão das Águas  
282 terão acesso aos recursos do Programa PROGESTÃO, com recursos da ordem de  
283 100 milhões para apoio aos SEGREHs, que representam um valor de 4 (quatro)  
284 milhões ao longo de cinco anos para cada Estado. Por fim, falou do "passo a passo"  
285 de implementação do Pacto Nacional (**vide anexo 3**), a saber: adesão ao Pacto  
286 (edição de Decreto Estadual); inscrição no PROGESTÃO; visitas ao estado para  
287 exercício prospectivo; aprovação do quadro de metas pelo CERH para um horizonte  
288 de 5 (cinco) anos; e primeiro desembolso de recursos. O Presidente LUIZ EDUARDO  
289 CHEIDA agradeceu a apresentação, comentou que o Paraná iria assinar o Decreto de  
290 adesão ao Pacto no dia 21 de julho próximo, e, na seqüência, abriu a palavra aos  
291 Conselheiros. O Conselheiro PAULO CESAR MEDEIROS, do CEDEA, comentou  
292 sobre a importância da participação da sociedade civil no processo da gestão dos  
293 recursos hídricos. O Sr. PAULO AUGUSTO LIBANIO comentou que necessariamente  
294 haverá a participação da sociedade civil, segmento este que faz parte do Conselho  
295 Estadual de Recursos Hídricos, que aprova as metas estabelecidas para os  
296 Programas. Disse também, que entre trinta variáveis elencadas para acompanhar a  
297 implementação do sistema estadual, consta a variável da mobilização social, que será  
298 anualmente avaliada pelos Conselhos. A seguir, em resposta ao Conselheiro  
299 EDUARDO ALVIM LEITE, da SETI, mencionou que os Estados da Federação que já  
300 aderiram ao Pacto Nacional pela Gestão das Águas são a Paraíba, o Acre e o Distrito

301 Federal, e os Estados que estão encaminhando os processos, além do Estado do  
302 Paraná, são o Mato Grosso do Sul e Alagoas. A seguir, o Presidente do CERH/PR,  
303 LUIZ EDUARDO CHEIDA, agradeceu a apresentação e passou ao **item assuntos**  
304 **gerais**. O Conselheiro GALDINO ANDRADE FILHO, Presidente do Comitê da Bacia  
305 do Rio Tibagi, mencionou discussão que houve no Comitê sobre a criação de uma  
306 Câmara Técnica para avaliação de novos empreendimentos que surgirão na Bacia, e  
307 questionou se haveria um impeditivo legal para a criação desta Câmara Técnica, e se  
308 de uma forma legal o IAP poderia repassar os processos para uma avaliação do  
309 Comitê, propondo a edição de uma Resolução do Conselho Estadual do Meio  
310 Ambiente ou de Recursos Hídricos ou da própria SEMA sobre o tema. A Conselheira  
311 ANA CLÁUDIA BENTO GRAF, da PGE, fez algumas considerações de ordem jurídica,  
312 dizendo que do ponto de vista do exercício da democracia, acha importante a  
313 manifestação dos Comitês de Bacia, no entanto, acha que condicionar uma licença à  
314 manifestação de Comitês por meio de um ato legal, Resolução ou Portaria, estaria  
315 criando mais uma condicionante no processo de licenciamento. Disse, também, que  
316 não poderia haver um instrumento legal da SEMA para um único Comitê de Bacia.  
317 Sugeriu que o IAP comunicasse os Comitês de Bacia sobre licenciamento de  
318 empreendimentos de grande porte, que causam impacto significativo, para que os  
319 mesmos se manifestem. O Presidente do CERH/PR, LUIZ EDUARDO CHEIDA,  
320 comentou que em junho próximo seria aprovada pela Plenária do Conselho Estadual  
321 do Meio Ambiente, uma Resolução que descentraliza o licenciamento ambiental no  
322 Estado, e sugeriu que a matéria proposta pelo Comitê da Bacia do Rio Tibagi fosse  
323 analisada no âmbito do Instituto Ambiental do Paraná. O Conselheiro PAULO CESAR  
324 MEDEIROS, do CEDEA, na qualidade de coordenador da Câmara Técnica de  
325 Educação, Capacitação, Comunicação, Mobilização Social e Informações em  
326 Recursos Hídricos - CTEM, mencionou que a mesma apreciou o Termo de Referência  
327 para a contratação de uma instituição para realizar um Programa de Capacitação,  
328 sendo que o edital do mesmo já foi publicado. Mencionou que neste ano se realiza a  
329 Conferência Nacional do Meio Ambiente, e que a sociedade civil organizada está se  
330 mobilizando para colocar na pauta desta Conferência, a questão da educação  
331 ambiental nas bacias hidrográficas, para que haja investimentos para a formação do  
332 cidadão brasileiro atuar nos Comitês de Bacia Hidrográfica. O Presidente do  
333 CERH/PR, LUIZ EDUARDO CHEIDA, agradeceu a todos, e em não havendo mais  
334 assuntos a serem tratados, deu por encerrada a 21ª Reunião Ordinária do Conselho  
335 Estadual de Recursos Hídricos, da qual eu, MARIANNA SOPHIE ROORDA, Secretária  
336 Executiva do CERH/PR, lavrei a presente ata, em Curitiba, aos 04 dias de julho de  
337 2013.

338 De acordo

339 Curitiba,

340

341

**LUIZ EDUARDO CHEIDA**

342

**Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos**

343

**Presidente do Conselho Estadual de Recursos Hídricos**